

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Trabalho e conflito docente em escolas públicas de educação profissional do brasil e da argentina.**

Melo, Savana Diniz Gomes.

Cita:

Melo, Savana Diniz Gomes (2009). *Trabalho e conflito docente em escolas públicas de educação profissional do brasil e da argentina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2065>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# Trabalho e conflito docente em escolas públicas de educação profissional do Brasil e da Argentina

**MELO, Savana Diniz Gomes (CEFET-MG/FAE-UFMG) 1**

savanadiniz@yahoo.com.br

*A expressão conflito diz respeito às ações constantes e dinâmicas dos trabalhadores contra a opressão a que estão sujeitos no seu processo de trabalho, envolvendo a globalidade das lutas explícitas e implícitas, tal como definido por Castoriadis (1985). Compreende tanto ações contra as relações sociais, sendo expressão, portanto, da polarização entre docentes e gestores, ou seja, entre duas classes, como também as tensões existentes no interior de cada uma delas, na luta intraclasse, como explicado por Bruno (1991). Concorda-se com Castoriadis em sua pressuposição de que as lutas implícitas e explícitas podem adquirir sentidos, significados e proporções que as situam na luta mais ampla da classe trabalhadora pelo estabelecimento de novas relações sociais, o que neste estudo se compreende como resistência dos trabalhadores. Mas acredita-se, também, que as ações empreendidas pelos trabalhadores docentes em seu cotidiano, inclusive algumas ditas de resistência, podem apresentar traços irrefutáveis de reprodução da lógica do capital, contra a qual os próprios docentes creem opor-se em muitas situações, o que se pode compreender como adesão.*

Thompson (1998) oferece pistas para pensar a relação entre as formas de luta empreendidas pelos trabalhadores. O autor narra como se estabelece o caráter coletivo da experiência de exploração e opressão dos trabalhadores ingleses e, simultaneamente, relata as experiências individuais de artesãos e trabalhadores não-qualificados que afloram nesse

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Integrante do GESTRADO/FAE/UFMG e da REDESTRADO.

processo. Ele confere ao seu texto um movimento de retração e expansão, no qual a fala individual elucida a experiência coletiva e, ao mesmo tempo, a experiência coletiva balizada na percepção de identidades. Para ele, a noção de experiência é fator fundante. Em seu trabalho, o autor mostra como o processo de constituição de classe está diretamente ligado, de um lado, à experiência de exploração, repressão, carestia, desigualdade e, de outro, à solidariedade, à partilha e à comunidade. O desafio colocado é ponderar como esse modelo teórico poderia ser pensado e exemplificado no trabalho docente tal como ele se configura na atualidade.

*Partindo dessas referências, procurou-se refletir sobre o conflito docente, tendo como seu fio condutor o trabalho, no qual as manifestações se dão em um processo permanente de organização e ação cotidianas, sendo algumas delas visíveis e outras, nem tanto, algumas francamente deliberadas, outras irrefletidas, como respostas imediatas às pressões. E para além da contraposição ou reprodução, as ações dos docentes podem também conter elementos de ambos concomitantemente. Podem ainda revelar a resignificação da lógica do capital e apropriação de alguns de seus elementos em favor dos interesses dos trabalhadores docentes, ainda que sejam interesses imediatos.*

## **Docentes, sindicatos e ações de resistência**

Através de questionários, entrevistas e depoimentos, os professores brasileiros e argentinos expressaram as suas percepções sobre diferentes aspectos que são apresentados na seqüência do texto.

### **Perfil docente**

Observa-se que não se pode falar em homogeneidade do corpo docente, pois assim como há diferenças consideráveis entre eles no interior de cada país, o mesmo se verifica entre os países. As diferenças internas aos países podem ser observadas no que se refere às formas de acesso, ao vínculo empregatício, à titulação, às condições salariais, entre outras. Já as diferenças entre países podem ser verificadas, sobretudo, no que diz respeito à maior titulação e às melhores condições salariais dos professores brasileiros efetivos com dedicação exclusiva. Há um estímulo salarial para a obtenção de títulos e incentivos de produtividade por meio de bolsas que não ocorre na Argentina. Lá não existe dedicação exclusiva, os professores centram suas atividades na regência, trabalham mais horas, em maior número de escolas e se aposentam mais tarde. A titulação tem peso na disputa por horas cátedras ou cargos e não se vincula à remuneração.

## Questão sindical

Observa-se que na escola brasileira os docentes vivem em meio a uma disputa política entre lideranças - do ANDES e do PROIFES - que repercute negativamente sobre a sua já frágil organização. Na Argentina, os docentes se organizam em diferentes instituições sindicais e podem filiar-se a mais de uma, simultaneamente, pois é livre a escolha de afiliação. Ao todo, são 13 entidades que congregam os docentes e demais trabalhadores do gênero da escola pesquisada. As ações sindicais, na Argentina, parecem estar mais dirigidas para obtenção de resultados que no Brasil, onde a politização do debate permeia as ações das direções sindicais. A disputa entre as múltiplas organizações e entre as duas mais expressivas no campo da educação profissional e a forma de condução das ações sindicais, sem realização de assembléias ou consulta diretas às bases, também repercute sobre a organização docente, muitas vezes passiva ante a entidade sindical.

As perspectivas sobre as relações entre sindicatos e seus filiados nas escolas dos dois países variam conforme o lugar ocupado pelo docente. Sob o ponto de vista de sindicalistas argentinos, o sindicato corresponde às demandas docentes e representa as bases que nem sempre retribuem em sua atuação. No Brasil, entre os aspectos citados por um sindicalista, destaca-se o desconhecimento das direções sobre o perfil e as demandas reais dos professores bem como de suas expectativas em relação ao sindicato. Destaca-se, ainda, a reduzida participação da base nas atividades propostas pelo sindicato, em razão da desmotivação, desânimo e do descompromisso com as questões políticas e sindicais e com as próprias condições de trabalho, em função da priorização de atividades que conferem produtividade exigida na universidade.

Na perspectiva dos docentes que estão em regência, os aspectos destacados sobre as relações entre sindicatos e docentes, na Argentina, referem-se à disputa da base entre agremiações, a livre escolha de vinculação dos docentes e a descrença em relação à representação dos interesses dos docentes, enquanto no Brasil despontaram o descrédito, a pouca proximidade dos docentes e a falta de efetividade das ações sindicais.

Na percepção dos diretores das escolas, há convergência entre os entrevistados do Brasil e Argentina que identificam a falta de escuta dos sindicatos em relação aos problemas apresentados pelos docentes, o que parece explicar o distanciamento das bases ou a busca de alternativas fora das agremiações. No Brasil, destaca-se também o caráter geral desse esvaziamento dos sindicatos e atribui-se às formas flexíveis de contratação dos docentes como

um fator desagregador da categoria e impeditivo da organização em torno de reivindicações comuns.

### **Manifestações de conflito**

Nas respostas dos professores ao questionário a maioria dos respondentes brasileiros (60%) afirmou observar manifestações de conflito no dia-a-dia do trabalho docente na escola em que atua, enquanto na Argentina o mesmo foi percebido por um número menor, porém muito significativo (43,5%). Houve quem afirmasse não observar quaisquer manifestações, mas a perspectiva que predominou é que essas são encontradas a todo o tempo.

Sobre os motivos que normalmente provocam os conflitos no cotidiano de trabalho, as respostas mais freqüentes entre os brasileiros enquadram-se na opção divergência de opiniões ou de interesses, enquanto entre os argentinos a opção outros foi a mais citada. As entrevistas apontam aspectos ligados às relações dos docentes com os alunos, como diferenças culturais e nível de conhecimentos, falta de interesse pelos estudos, indisciplina, entre outros. Nos dois países, foram muito citadas a falta de interesse e má conduta por parte dos alunos na opção outros, e, entre os argentinos, os problemas familiares. Os entrevistados portenhos relataram observar ainda como motivações de conflito a busca por posições de poder que se repercute inclusive na disputa por espaços físicos da escola; a tentativa de imposição de idéias de uns sobre outros; a falta de meios adequados para a realização do trabalho como existência de materiais apropriados; as diferenças entre os interesses existentes na escola e os privilégios obtidos por alguns; a competição desleal para a obtenção de cargos e horas de trabalho que também representa melhoria nos rendimentos; as conversas de corredores que, diante da ausência de espaços apropriados para debate, costumam ser usados como os meios de expressão dos desacordos no trabalho cotidiano na escola e de resolução de problemas; e a inveja dos pares que apresentam evolução. Na perspectiva de professor gestor, o egoísmo aparece como a principal origem das manifestações de conflito na escola onde são comuns as diferenças entre os que assumem determinadas posições, como a busca de proximidade com a autoridade institucional, assumir posição protagonista na escola e ser autônomo no trabalho. Outra motivação de conflito declarada pelos professores de oficina refere-se à ocupação dos cargos diretivos por docentes que não sendo da área técnica não a compreendem e, em decorrência, criam problemas diversos aos professores da área técnica, como o impedimento de ocupação de cargos de chefia, negativa de aquisição de equipamentos e materiais por eles solicitados, redução da autonomia para prestação de serviços a terceiros, entre outras.

Quanto ao desenvolvimento de alguma estratégia de resistência ante as situações de conflito ou para melhorar as suas condições de trabalho na escola por parte dos docentes em geral, a pergunta do questionário obteve 43,5% de respostas afirmativas na Argentina e 36,4% no Brasil. Ao mudar o foco da pergunta para a ação do próprio docente respondente, verificou-se que as respostas positivas aumentaram significativamente, alcançando a maioria de 60% no Brasil e 68,1%, na Argentina.

Em relação ao tipo de estratégias de resistência desenvolvidas por parte dos professores ante as situações de conflito, nota-se, no Brasil, um predomínio da realização de reuniões ou iniciativas semelhantes, enquanto na Argentina a busca de diálogo entre pares ou a ajuda de psicólogo aparece como a opção mais citada. Entre os portenhos, há um relativo equilíbrio nas respostas a opções reuniões de discussão e outros. Nessa última, a discussão com superiores ou autoridades competentes e a intervenção de coordenadores foram as respostas mais frequentes. Chama a atenção também, entre os docentes brasileiros, que 20% tenham declarado a adoção da estratégia de afastar-se do conflito, o que na Argentina foi menos expressivo, com apenas 10% nessa condição.

Sobre a forma como são empreendidas as estratégias ante as situações de conflito, em ambos os países, a maioria dos docentes responderam que estas são implementadas coletivamente em acordo com alguns colegas mais próximos. Cabe ressaltar, porém, que as estratégias implementadas individualmente também receberam um número considerável de respostas, em torno de 30% nos dois países.

Entre os ganhos obtidos com as estratégias praticadas, as respostas mais citadas pelos brasileiros nos questionários relacionam-se à melhora no desempenho dos alunos e melhorias nas condições de trabalho e realização profissional, bem como melhorias na relação com os colegas de trabalho. Já no caso dos argentinos, o esclarecimento de posições e opiniões bem como melhorias no ambiente de trabalho foram as respostas mais apontadas. Em ambos os países, a maior parte das respostas apontam os alunos e a comunidade escolar em geral como os principais beneficiários com as estratégias empreendidas pelos docentes. Ao nomear os ganhos auferidos, os docentes apontam melhorias na qualidade do trabalho e na convivência com os colegas. Chama a atenção o fato de alguns docentes argentinos apontarem a obtenção de ganhos por parte de colegas oportunistas, injustos e que não se expressam.

Em relação aos antagonistas prioritários nesse estudo, gestores e pares, os problemas apontados variaram muito. Os entrevistados brasileiros apontaram os professores, os grupos

que estes formam, os setores e áreas de trabalho e os colegas como agentes que mais se envolvem em situações de conflito.

Para a obtenção de melhores condições de trabalho na escola, os professores lançam mão de diferentes estratégias como recorrer a instâncias superiores da Universidade em busca de atendimento a suas demandas de equipamento, entre outras. É comum o uso de espaço físico de outras unidades e/ou departamentos da Universidade que possuem melhores condições de equipamentos para o desenvolvimento de atividades ou elaboração de propostas, mas essa alternativa, em geral, fica na dependência da permissão e da ajuda dos professores desses locais. Outra estratégia é formar grupos através dos quais buscam defender determinados interesses ou propostas, geralmente se opondo a outros grupos. Essa formação de grupos vem associada e impulsionada pela possibilidade de obtenção de recursos para projetos nos organismos de fomento à pesquisa que, quando conseguidos, podem oferecer melhorias nas condições materiais para a realização do trabalho e na motivação dos professores. As reuniões e encontros de professores que são afirmados como espaços privilegiados de discussão e construção de alternativas coletivas de enfrentamento, muitas delas capitaneadas pela direção da escola, são também consideradas como excessivas e cansativas. Mas nem sempre a ampliação do debate implica resultados ou repercute sobre prática concreta dos sujeitos. Muitas vezes, ela é usada como uma estratégia para adiar ou fugir de determinadas situações, diluir as pressões ou mesmo impor posições sob a fachada da democracia. No caso do Brasil, há ainda o agravante da falta de autonomia da escola e de seus dirigentes e professores, que inviabiliza a tomada de decisões e concretização de suas propostas em prática.

Os docentes argentinos citaram três estratégias por ele utilizadas em seu cotidiano ou em situações de tensão e conflito: 1) a ocupação dos tempos de aula para a realização de atividades como preparação, avaliação e planejamento; 2) o recurso a ações jurídicas para reivindicações de correções salariais não atendidas; e 3) criação do movimento de autoconvocados no qual os docentes se organizam, manifestam suas insatisfações e defendem suas propostas em momentos de fortes tensões e assim vão gerando instâncias organizativas “por fora” do sindicato.

O primeiro decorre da própria organização escolar, da organização do trabalho na escola e das extensas jornadas de trabalho, as quais estão sujeitos os professores para melhorarem suas condições salariais. A ocupação do horário de aulas para tais atividades vem sendo praticada como uma estratégia deliberada para reduzir o tempo de trabalho consumido fora do local de trabalho e garantir a reserva de momentos para os professores se dedicarem à família, ainda que alguns reconheçam que essa prática possa implicar perdas aos alunos e ao ensino. Tal estratégia

foi também revelada por docentes em conversas informais ocorridas na sala dos professores e parece ser uma prática comum, tacitamente instituída. Do mesmo modo, lança-se mão dos trabalhos em grupos com os alunos e avaliações de atividades em classe, com o duplo propósito de reduzir o volume de atividades avaliativas fora da classe e de aulas expositivas, poupando o esforço dos professores. Por outro lado, a participação do próprio professor em atividades realizadas fora da sala de aula também emerge como alternativas para amenizar um trabalho extenso e desgastante. Por isso, consideram uma premiação ocupar o posto de tutor que, nessa condição, deixa de ministrar algumas aulas. A própria colaboração com esta pesquisa, que implicou a cessão de horários de aula pelos professores, foi apontada por alguns como uma oportunidade de escapar da sala de aula e de uma rotina de trabalho que impõe um excessivo esforço e que gera um sentimento de grande cansaço. Rotina, da qual nem sempre é possível fugir.

O segundo aspecto refere-se ao recurso de recorrer às ações jurídicas para reivindicar direitos que não são atendidos pelos empregadores. Na Argentina, isso ocorreu principalmente com os professores de oficinas que, no processo de transferência, viram-se cumprindo uma jornada de trabalho maior que os professores da província, percebendo quase o mesmo salário. Esgotadas as tentativas políticas via sindicato, partiram para o pleito de correção do desajuste pela via jurídica, em alguns casos através dos sindicatos, mas também por meios particulares, que atualmente são os mais comuns.

Já o movimento de autoconvocados teve como seus antagonistas tanto os gestores do governo nacional como dos sindicatos, pelos quais não se sentiam representados em seus interesses. Suas manifestações emergiram a partir de alguns fatos, tais como a transferência e a aprovação da *Ley Federal*. No primeiro caso, os trâmites administrativos das escolas foram realizados através dos sindicatos e a impulsão aos autoconvocados se deu com a organização dos professores interinos em defesa dos cargos e de sua titularização. No caso da *Ley Federal*, os professores se organizaram para resistir à aplicação, enquanto os sindicatos buscavam negociá-la com os governos. Foram realizadas diferentes avaliações do movimento por parte dos entrevistados, que variaram de acordo com o lugar ocupado pelo docente. Entre os gestores sindicais, principais alvos do movimento, observou-se haver diferenças no que tange ao seu acolhimento. Enquanto uma perspectiva reconheceu nele pontos comuns com a luta sindical e o vislumbrou como oponente que disputava o poder, a outra o admitiu como importante iniciativa ao passo que dava respaldo às ações sindicais. Para os gestores escolares, a quem a iniciativa parece haver incomodado significativamente e seu retorno pode representar uma

ameaça, o movimento foi avaliado como insignificante e não detentor de qualquer ganho. Os relatos dos docentes regentes, alguns deles partícipes ativos do movimento, indicam que ele buscou efetivamente defender os direitos dos docentes e emergiu como uma estratégia para chamar a atenção, sobretudo dos sindicatos, para que estes efetivamente representassem e correspondessem aos anseios e às reivindicações dos docentes. Para muitos, realizaram-se manifestações expressivas com grande número de manifestantes, nas quais foram utilizadas diferentes formas de protesto para sensibilizar a população e pressionar os governos, e foram conquistados ganhos. Ainda que os episódios não tenham sido numerosos e duradouros e seus resultados não muito expressivos, o movimento obteve a confiança dos pares. Segundo entrevistados, a disposição dos docentes era distinta da assumida pelos sindicatos, que se dispunham a negociar com o governo todos os aspectos da reforma, considerando-a já estruturada. Porém, em manifestações mais expressivas dos autoconvocados, houve, por parte de algumas entidades sindicais, a tentativa de assumir a condução do movimento, o que foi rechaçado pelos seus membros.

Um fato que merece ser destacado em relação aos portenhos é a participação de alguns deles em movimentos sociais que, extrapolando as questões específicas da escola e da educação em geral, referem-se a lutas mais amplas dos trabalhadores argentinos. Essa participação lhes confere um posicionamento crítico diferenciado em termos de sua atuação política na escola e fora dela. São exemplos a participação de docentes no movimento de *piqueteros* e em grandes atos e manifestações populares convocadas pelos setores de esquerda, ocorridas na Capital Federal durante a pesquisa de campo, tais como o aniversário de morte do professor Fuente Alba e a celebração dos seis anos do *Argentinazo*. A experiência acumulada e a participação em grandes atos e movimentos de massa parece ser um significativo traço distintivo entre os argentinos e brasileiros, que sugere certo favorecimento na criação de práticas coletivas.

Sobre o sentimento dos docentes em relação ao seu próprio trabalho e ante as manifestações de conflito, os docentes brasileiros afirmam que ante as fortes pressões sofridas e os sucessivos e permanentes limites apresentados sentem-se desgastados, desmotivados e muitas vezes são levados a desistir. À atuação restrita dos professores e à sua desvalorização expressa em seus reduzidos salários, soma-se o desinteresse dos alunos como forte concorrente no processo de desmotivação docente. São também expressos o sentimento de solidão do docente nesse processo e a percepção de expropriação da vida que as exigências do trabalho têm implicado. Alguns docentes se autorresponsabilizam pelo insucesso das práticas e pela ausência de melhores resultados na escola e no trabalho. Mesmo reconhecendo que tentam

fazer o melhor, afirmam que se sentem em débito por não fazer mais. E há quem declare que os docentes se adaptam às reformas educativas e às condições que a vinculação da escola à universidade impõe e, nesse processo, continuam sobrevivendo, a despeito de todas as dificuldades e pressões sofridas.

Entre os argentinos, os sentimentos prevalentes manifestos foram desmotivação e impotência para resolver problemas enfrentados no cotidiano de seu trabalho. Mas, diferentemente do Brasil, entre os portenhos, há casos extremos em que não se vislumbra mais nenhuma possibilidade de modificar-se algo a partir da ação dos sujeitos e a aposentadoria é enxergada como a grande redentora dos docentes.

Essa sensação de impotência que acomete tanto os docentes brasileiros como os argentinos resulta de um longo processo de precarização do trabalho que, no Brasil, passa pela ausência de autonomia da escola, pela sua crise de identidade que também se reflete sobre os docentes em relação ao seu papel e objetivos prioritários, pela luta permanente por se justificar e buscar legitimidade na Universidade, pelas extenuantes exigências em relação ao aumento de sua capacitação e produtividade, entre outras que sufocam os sujeitos em seu cotidiano. Nesse contexto, a organização coletiva em torno de interesses comuns parece tornar-se ainda mais difícil. Não é sem razão a histórica participação reduzida dos professores da escola nas lutas do sindicato. E tampouco é sem razão o fato destes ainda não terem sido capazes de gerar movimentos coletivos fora de seu âmbito.

Já na Argentina, a precarização do trabalho passa pela ausência de legislação e diretrizes claras, pela deterioração material da instituição e de seu entorno, pela sobrecarga de trabalho dos docentes, submetidos a pressões relativas à extensão e intensificação do trabalho, à corrida pela capacitação para garantir cargos e horas e por melhorias dos rendimentos. Trata-se de um processo de precarização que restringe o intercâmbio entre os pares e também dificulta a organização coletiva dos trabalhadores docentes em torno de interesses comuns. Mas, ainda assim, no país e na escola, foi possível formar um movimento coletivo espontâneo no qual os professores manifestaram claramente seu anseio por mudanças e sua potencialidade para forçar essas mudanças.

Ainda que organização coletiva não seja de fácil obtenção nesses contextos, as falas dos sujeitos brasileiros e portenhos revelam que eles não estão inertes ante as pressões e se movem permanentemente. Tentam melhorar e sobreviver individualmente ou em grupos. Empreendem, nas malhas do instituído, tentativas de melhorar suas condições de trabalho e, em

certa medida, conseguem. E embora reproduzam o individualismo e a competição, fortes componentes da lógica do capital, desenvolvem também laços de solidariedade para o enfrentamento das limitações.

A despeito das diferenças, das divergências e dos limites e problemas do cotidiano, observa-se que, nos dois países, quando os professores se sentem ameaçados em seus interesses coletivos e/ou se faz necessário e possível a constituição de uma proposta ou projeto importante para a escola e seus trabalhadores, eles buscam se unir, motivarem-se, mobilizarem-se em torno desse projeto coletivo, encontrar tempo mesmo com todas as adversidades, ainda que logo depois essa unidade se perca novamente. A possibilidade de unificação se recoloca, permanentemente, nos momentos de maior tensão. E é esse potencial que, às vezes, parece desaparecer e, às vezes, adquire maior vigor.

### **Considerações Finais**

Ao se adentrar as escolas pesquisadas, observou-se que efetivamente, os trabalhadores docentes brasileiros e argentinos se deparam com inúmeras mudanças e dificuldades localizadas nos sistemas de ensino, na organização da escola e no trabalho docente e que estas se relacionam. Tais dificuldades desencadeiam tensões entre os próprios docentes (regentes, sindicalistas e diretores) e com outros segmentos da escola. Do mesmo modo, demonstrou-se que estes experimentam situações de conflito distintas em seu cotidiano e que também empreendem esforços diferenciados para enfrentar as dificuldades, seja individualmente ou de forma grupal e, às vezes, coletivamente.

As ações e estratégias dos docentes podem ser compreendidas como a *luta implícita* dos docentes, constante e dinâmica, e algumas delas são criadas ou recriadas a cada momento, em função das condições objetivas e subjetivas em que os docentes se encontrem.

Através delas, os docentes obtiveram alguns ganhos concretos bem como outros membros da comunidade, como o coletivo de docentes, alunos e pais. No Brasil, os ganhos afirmados foram a melhora nas condições de trabalho, na realização profissional docente, na relação com os colegas de trabalho e no desempenho dos alunos, enquanto no caso argentino estes foram a explicitação de posições e opiniões perante o coletivo de docentes e melhorias no ambiente de trabalho.

Em ambos os países, os docentes obtiveram ganhos não explicitamente declarados, mas que foram depreendidos de suas falas, tais como: reduzir a carga de trabalho por meio da transgressão das normas que os oprimem, escapar de amarras dos tempos estendidos e intensivos, criar laços de solidariedade com pares, fortalecer-se e buscar um sentido para seu pertinaz trabalho. Com efeito, trata-se de ganhos de natureza e magnitude muito distintas daqueles reivindicados e/ou obtidos pela categoria docente nos últimos anos por meio das lutas sindicais.

Os docentes argentinos foram capazes de se organizar coletiva e autonomamente, fora do sindicato, a despeito de todas as adversidades de seu trabalho e dos limites do movimento, o que, no Brasil, parece ainda estar um pouco longe de ocorrer.

Admite-se que as estratégias utilizadas apresentam traços irrefutáveis de reprodução da lógica do capital, contra a qual os próprios docentes se creem opor, o que se evidencia, por exemplo, pelo individualismo e pela competição desleal. Mas muitas delas revelam, também, contraposição ou ressignificação dessa lógica, que se verifica na medida em que tentam melhorar as precárias condições de trabalho e reduzir a intensificação do mesmo, a desvalorização e a fragmentação a que são submetidos, bem como melhorar as relações com os/seus pares, obter melhorias nos resultados dos alunos, reduzir a burocracia, qualificar-se, criticar os aspectos considerados nefastos na prática escolar, defender a qualidade da escola pública e nela consolidar uma ética diferente.

Em última análise, os docentes parecem procurar direta ou indiretamente, através dessas estratégias, escapar da alienação, do controle, da dominação e da exploração que lhes são impostos. E, nessas ações de resistência cotidianas, surgem elementos que desafiam a regularidade da reprodução imposta pelo capital, ou seja, alguns elementos embrionários, capazes de contribuir para fazer gerar uma nova forma de organização social, um novo comportamento, uma nova mentalidade humana.

Em ambos os países, os professores “vão levando”, apesar das adversidades enfrentadas no trabalho. Mas seus relatos induzem a crer que não se trata de um levar à deriva ou somente para garantir a sua própria subsistência, embora esse significado se evidencie claramente. Na tenacidade de seu cotidiano, os docentes buscam mudar algo na escola e no seu próprio trabalho. Isso indica que empreendem um esforço para além da luta pela sobrevivência. Talvez eles se movam pela certeza ou pela intuição de que, em algum momento de sua extenuante trajetória, às vezes solitária, às vezes grupal, a correlação de forças e as circunstâncias ensejarão

que, em um amplo surto de lutas coletivas, o movimento docente dê a sua imprescindível contribuição à luta da classe trabalhadora.

### **Referenciais Bibliográficos**

- BRUNO, L. *Processo de trabalho, lutas sociais e formas de poder*. 1991. Tese (Doutorado) - FAICH/USP, São Paulo.
- CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.
- THOMPSON, E. P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.